

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

Desde sempre o Bloco de Esquerda manifestou a sua discordância face à extinção dos serviços Municipalizados de Faro e à sua substituição pela empresa FAGAR.

Reafirmo hoje a convicção de que o município e os cidadãos farenses só têm a ganhar com a reversão da empresa à sua condição anterior ou, em alternativa, a transformação em empresa municipal de capitais e gestão exclusivamente autárquicos.

Verifica-se que a actividade desenvolvida pela empresa em nada potenciou o desempenho anterior, sendo que essa actividade e os serviços prestados, poderiam ter sido efectuados ao mesmo nível pela entidade original, desde que para tal tivessem sido proporcionadas iguais condições que as da FAGAR.

Pelo contrário, é um facto que a empresa não cumpriu nenhum dos principais objectivos e projectos para que foi criada e alguns deles nem sequer ainda foram iniciados, nem o serão a curto prazo.

Verifica-se que, mesmo com as alterações agora propostas ao modelo de financiamento, os sócios privados não têm de investir quase nenhum do capital necessário para a concretização dos objectivos e obras programadas. Com base nessa proposta, tal possibilidade vai resultar do empréstimo bancário a fazer pela FAGAR, e não pelos sócios privados enquanto tais, mas em que a Câmara é que terá as maiores responsabilidades, financeiras e outras.

De tal modo que poderá estar em causa a própria capacidade de endividamento camarário, caso falhem as projecções do novo modelo financeiro. E sabe-se como isso é, já hoje, um risco tão grande face à situação económica muito difícil que a autarquia sofre nos últimos anos.

As questões que, nesta sessão, ficaram sem resposta ou as respostas dadas não foram minimamente suficientes para mostrar que não vai haver aumento da taxa de rentabilidade dos sócios privados, nem, ainda menos, que não vão haver novos aumentos dos preços aos consumidores acima da inflação.

Das razões apontadas nada garante que as previsões agora feitas se venham a concretizar, como não se concretizaram as iniciais, relativas aos consumos de água, concursos, entrada de capital dos privados, etc..

Não foram apresentadas as propostas de alteração, que necessariamente têm de ser feitas caso avance o novo modelo de financiamento, relativas aos Estatutos, ao Acordo Parassocial e, sobretudo, ao Acordo Financeiro da empresa. Tanto ou mais do que as alterações em debate, esses documentos são fundamentais para definir as relações entre

os parceiros, o seu peso e responsabilidades relativas e o financiamento da FAGAR. O seu conhecimento prévio seria indispensável para uma tomada de posição consciente na presente discussão.

Não se compreende que não seja possível a contracção de empréstimos bancários, nem a obtenção de fundos comunitários pela Câmara, a não ser da forma proposta, quando afinal os empréstimos serão pedidos em nome da empresa e não dos privados, e quando, em última instância, será sempre a Câmara o garante das falhas que ocorrerem.

Não se compreende que, se os sócios privados não cumprem os seus compromissos, não seja possível à Câmara denunciar os acordos estabelecidos e até requerer compensações pelo seu não cumprimento.

Ainda menos se compreende que a Câmara tenha de permanecer amarrada às taxas iniciais definidas com os sócios privados. E quando tal continuidade só é garantida à custa das tarifas sobre os utentes.

Por isso não aceito que se queira colocar os membros desta Assembleia Municipal, mais uma vez, perante um facto consumado, em que não haja mais nada a fazer para que prossigam as obras em curso do que votar favoravelmente a proposta apresentada.

Se há quem desde o início aprovou a constituição da FAGAR e o caminho seguido e aceita com inteira confiança as explicações dadas, então esses que viabilizem agora as alterações propostas.

É outra a postura e a política do Bloco de Esquerda. Por isso, é outro o nosso voto.

30/07/08

O representante do Bloco de Esquerda de Faro